

A semana em Brasília

2 a 6 de setembro

Destacamos abaixo as movimentações do Legislativo e Executivo que podem impactar o setor privado.



LEGISLATIVO

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário:

O Plenário da Câmara dos Deputados pautou para esta semana, entre outras, as seguintes proposições legislativas:

Prescrição. Protesto Extrajudicial. O Plenário da Câmara dos Deputados discutirá, em turno único, o Projeto de Lei Complementar nº 459/2017 que prevê o protesto extrajudicial como causa de interrupção da prescrição e autoriza a administração tributária a requisitar informações a entidades e órgãos públicos ou privados. Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

PEC dos Cartórios. O Plenário da Câmara dos Deputados discutirá, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 471/2005 que estabelece a efetivação para os atuais responsáveis e substitutos pelos serviços notariais, investidos na forma da lei. Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Licitações. O Plenário da Câmara dos Deputados continuará a votação, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.292/1995 que institui normas para licitações e contratos da administração pública. Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Comissões

Comissão de Minas e Energia (“CME”)

Audiência Pública. Distribuição de Energia Elétrica. A CME realiza em 3 de setembro, às 10 horas, audiência pública para discutir os desafios para a distribuição de Energia Elétrica. Foram convidados os senhores André Pepitone da Nóbrega (Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL), Marcos Aurélio Madureira da Silva (Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADDEE), Reginaldo Medeiros (Presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia – Abraceel), Eduardo de Vasconcellos Correia Annunziato (Presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo) e representantes do Ministério de Minas e Energia (“MME”) e do Ministério da Economia (“ME”).

Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 45/2019 (“Reforma Tributária – PEC 45/2019”)

Audiência Pública. Reforma Tributária. A Comissão Especial realiza em 3 de setembro, às 14h30min, audiência pública para debater aspectos econômicos da Reforma Tributária. Foram convidados os senhores Nelson Machado (Ex-diretor do Centro de Cidadania Fiscal e Ministro de Estado da Previdência Social), Germano Rigotto (Ex-governador do Estado do Rio Grande do Sul e Presidente do Instituto Reformar de Estudos Políticos e Tributários), Paulo Rabello de Castro (Economista e Ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e Felipe Salto (Economista e Diretor-Executivo do Instituto Fiscal Independente).

Comissão Especial do Projeto de Lei nº 3.261/2019 (“Marco Legal do Saneamento Básico – PL 3.261/2019”)

Audiência Pública. Saneamento Básico. A Comissão Especial realiza em 3 de setembro, às 14h30min, audiência pública para debater o público e o privado na Lei 11.445/07, os arranjos institucionais, cobertura, déficit e dados do setor de saneamento (SNIS). Foram convidados os senhores Abelardo de Oliveira Filho (ex-Secretário da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA), Sergio Antonio Gonçalves (ex-Diretor de Articulação Institucional da SNSA), Geraldo Melo Correa (Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Saneamento do Ministério do Desenvolvimento Regional) e Gabriel Godofredo Fiuza de Bragança (Subsecretário de Regulação e Mercado do Ministério da Economia).

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (“CAPADR”)

A CAPADR realiza em 4 de setembro, às 10 horas, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos:

Armazenagem de Produtos Agropecuários. O Projeto de Lei nº 9.407/2017 altera a Lei nº 9.973/2000 (sistema de armazenagem dos produtos agropecuários) para tratar da armazenagem dos produtos agropecuários e conferir maior segurança jurídica ao agronegócio. O relator do projeto é o deputado Alceu Moreira (MDB-RS). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Subvenção Econômica. O Projeto de Lei nº 10.079/2018 autoriza a concessão de subvenção econômica a empresas cerealistas, em operações de financiamento, contratadas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para investimentos em obras civis, aquisição de máquinas e equipamentos necessários à construção de armazéns e à expansão da capacidade de armazenagem de grãos. O relator do projeto é o deputado Zé Silva (SOLIDARI-MG). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Imposto Territorial Rural. O Projeto de Lei nº 454/2019 altera a Lei nº 9.393/1996 (Lei do Imposto sobre a Propriedade Rural) para criar as condições para uma melhor gestão do ITR. O relator do projeto é o deputado Alceu Moreira (MDB-RS). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Incentivos. Preservação Ambiental. O Projeto de Lei nº 1.123/2019 acrescenta dispositivos à Lei nº 8.171/1991 (Lei da Política Agrícola) para conceder estímulos aos proprietários rurais que desenvolvam a agricultura orgânica e outras atividades de preservação ambiental. O relator do projeto é o deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Agrotóxicos. O Projeto de Lei nº 2.356/2019 altera a Lei nº 7.802/1989 (Lei dos Agrotóxicos) para dispor sobre a obrigatoriedade de as empresas produtoras e importadoras de agrotóxicos publicarem o volume comercializado e o lucro líquido do ano anterior. O relator do projeto é o deputado Frei Anastacio Ribeiro (PT-PB). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Comissão de Defesa do Consumidor (“CDC”)

A CDC realiza em 4 de setembro, às 10 horas, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos:

Energia Elétrica Pré Paga. O projeto de Lei nº 151/2019 cria a modalidade do consumo de energia elétrica pré-paga. O relator do projeto é o deputado Felipe Carreras (PSB-PE). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Cobrança de Dívidas. O projeto de Lei nº 752/2019 acrescenta parágrafo ao art. 42, da Lei nº 8.078/1990 para proibir a cobrança de dívidas de consumidores aos sábados, domingos, feriados e fora do horário comercial. O relator do projeto é o deputado Fred Costa (PATRIOTA-MG). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Cobrança de Dívidas. O projeto de Lei nº 2.469/2019 veda a cobrança de valores decorrentes da lavratura do termo de ocorrência de irregularidade (TOI) na mesma conta, fatura ou boleto bancário, no qual se remunere o serviço de luz, água e gás em todo o território nacional. O relator do projeto é o deputado Gurgel (PSL-RJ). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Criminalização. Repasse de Recursos Tributários. O Projeto de Lei nº 507/2019 altera o Código de Defesa do Consumidor, para estabelecer o início do prazo de prescrição relativo à cobrança de dívida do consumidor. O relator do projeto é o deputado Capitão Wagner (PODE-SP). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Alerta de Prevenção à Fraude. O Projeto de Lei nº 145/2019 acrescenta o art. 52-A ao Código de Proteção e Defesa do Consumidor para obrigar os fornecedores de produtos e serviços de natureza bancária, creditícia, financeira e securitária a alertar os consumidores sobre as fraudes mais frequentes, aplicadas por terceiros, relacionadas às suas operações. O relator do projeto é o deputado Capitão Wagner (PROS-CE). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (“CTASP”)

A CTASP realiza em 4 de setembro, às 10 horas, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos:

Aviso Prévio de Férias. O Projeto de Lei nº 7.164/2014 altera o art. 135 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT para dispor sobre hipótese de dispensa de aviso prévio de férias. O relator do projeto é o deputado Pedro Lucas Fernandes (PTB-MA). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Criminalização. Repasse de Recursos Tributários. O Projeto de Lei nº 10.863/2018 altera o Código Penal para definir crime contra as finanças públicas a retenção de repasse de recursos tributários com repartição obrigatória. O relator do projeto é o deputado Fábio Mitidieri (PSD-SE). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Comissão Especial do Projeto de Lei nº 3453/2008 (“PL 3453 – Parcerias Público-Privada”)

Audiência Pública. Parcerias Público-Privada. A Comissão Especial realiza em 4 de setembro, às 15 horas, audiência pública para debater os Fundos de Investimento em Infraestrutura. Foram convidados os senhores Carlos Ambrosio (Presidente da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro de Capitais – Anbima), Fábio Almeida Abrahão (Diretor de Governos

e Infraestrutura do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES), Octavio de Lazari Junior (Diretor-Executivo do Banco Bradesco S.A.), Sérgio Rial (Presidente Executivo do Santander Brasil) e Waldery Rodrigues Junior (Secretário Especial da Fazenda do Ministério da Economia).

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (“CDEICS”)

A CDEICS realiza em 4 de setembro, às 10 horas, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos:

Oferta de Produto. Consumidor. O Projeto de Lei nº 2.243/2019 veda o envio de boleto de proposta decorrente de oferta de produto ou serviço sem a solicitação prévia do consumidor. O relator do projeto é o deputado Robério Monteiro (PDT-CE). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Coleta de Dados. O Projeto de Lei nº 77/2019 tipifica legalmente o beneficiário final, disciplina e regula a coleta e o compartilhamento de dados. O relator do projeto é o deputado Otaci Nascimento (SOLIDARI-RR). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Transferência de Empregados. O Projeto de Lei nº 2.298/2019 estabelece a possibilidade de transferência de empregado entre empresas de um mesmo grupo econômico. O relator do projeto é o deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Comissão de Finanças e Tributação (“CFT”)

A CFT realizava em 4 de setembro, às 10 horas, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos:

Vedação. Operações Vinculadas. O Projeto de Lei nº 6.778/2016 trata da vedação à instituição financeira para concessão de desconto em operação de crédito que seja vinculada à oferta de produto ou serviço. O relator do projeto é o deputado Eduardo Cury (PSDB-SP). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Sociedade Anônima Simplificada. O Projeto de Lei nº 4.303/2012 altera a Lei das Sociedades por Ações, para criar e disciplinar a sociedade anônima simplificada (SAS). O relator do projeto é o deputado Celso Maldaner (MDB-SC). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (“CMADS”) e Comissão de Agricultura Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (“CAPADR”)

Audiência Pública. Combate à Pragas. A CMADS realiza em 5 de setembro, às 9h30min, audiência pública conjunta com a Comissão de Agricultura Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (“CAPADR”) para debater o uso de organismos vivos para o controle biológico de pragas. Foram convidados representantes do Ministério do Meio Ambiente (“MMA”), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (“EMBRAPA”) e a senhora Mariane Vidal (Coordenadora de Bioinsumos e Recursos Genéticos do Departamento de Inovação do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – “MAPA”).

SENADO FEDERAL

Plenário:

O Plenário do Senado Federal pautou para esta semana, entre outras, as seguintes proposições legislativas:

Sociedade de Garantia Solidária. O Plenário do Senado Federal discutirá, em turno único, o Projeto de Lei da Câmara nº 113/2015 que altera o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para instituir a sociedade de garantia solidária. Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Registro Público. O Plenário do Senado Federal discutirá, em turno único, o Projeto de Lei da Câmara nº 198/2015 altera a Lei de Registro Público para dispor sobre a gratuidade na baixa de empresas que não apresentem qualquer atividade por, no mínimo, três anos. Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Comissões:

Comissão de Serviços de Infraestrutura (“CI”)

A CI realiza em 3 de setembro, às 9 horas, reunião deliberativa em que foi pautado, entre outros, o seguinte projeto:

Resíduos Sólidos. O Projeto de Lei do Senado nº 302/2018 altera a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Lei nº 10.865/2004 (Incidência do PIS-Confins sobre a importação), para incentivar empresas que produzem biogás, metano e energia elétrica a partir de resíduos sólidos em aterros sanitários. O relator do projeto é o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-SE). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Comissão Mista da Medida Provisória nº 884/2019 (“CMMPV 884”)

A CMMPV realiza em 3 de setembro, às 14h30min, reunião para apreciação do parecer do senador Irajá (PSD-TO) sobre a MP nº 884/2019 que retira a previsão de prazo para inscrição de propriedades no Cadastro Ambiental Rural, registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais.

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (“CCJ”)

Audiência Pública. Reforma Tributária. A CCJ realiza em 3 de setembro, às 14 horas, audiência pública para instruir a PEC nº 110/2019 que dispõe sobre a Reforma Tributária. Foram convidados os senhores Alexandre Leal (Diretor Técnico e de Estudos da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização), Flávio Gurgel Rocha (Membro do Conselho do Instituto para Desenvolvimento do Varejo – “IDV”), Carlos do Carmo Andrade Melles (Presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – “SEBRAE NACIONAL”), Luis Miranda (Deputado Federal), Miguel Eduardo Torres (Presidente da Força Sindical), Vagner Freitas de Moraes (Presidente da Central Única de Trabalhadores –

“CUT”), Ricardo Patah (Presidente da União Geral dos Trabalhadores – “UGT”) e João Batista Diniz (Presidente da Central Brasileira do Setor de Serviços – “CEBRASSE”).

Novos Projetos de Lei

Abaixo destacamos as novas propostas legislativas protocoladas no Congresso Nacional na semana passada e que interessam ao ambiente empresarial.

NOVOS PROJETOS DE LEI	
Câmara dos Deputados	
Arranjos de Pagamento	O Projeto de Lei nº 4.729/2019 altera a Lei nº 12.865/2013 (Lei que dos arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro) para modificar os recursos recebidos do usuário final pagador por participante de arranjo de pagamento. Leia aqui o avulso da matéria.
Receita Federal. Devedores	O Projeto de Lei nº 4.747/2019 torna obrigatório a divulgação de relatório analítico, débitos, juros e multas dos devedores da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, e a citação do contador. Leia aqui o avulso da matéria.
Mandado de Segurança	O Projeto de Lei nº 4.772/2019 altera a Lei do Mandado de Segurança para incluir o inciso IV ao art. 5º, previsão de não concessão de mandado de segurança contra proposição legislativa por suposta inconstitucionalidade. Leia aqui o avulso da matéria.
Alienação de Controle Societário	O Projeto de Lei nº 4.777/2019 altera a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) para permitir a alienação compulsória do controle societário em casos de prática de atos de corrupção. Leia aqui o avulso da matéria.
Penhor de Bens Móveis	O Projeto de Lei nº 4.787/2019 autoriza pessoas jurídicas de direito privado a prestarem serviço de penhor de bens móveis, bem como, extingue o monopólio do Penhor concedido à Caixa Econômica Federal. Leia aqui o avulso da matéria.
Senado Federal	
Incentivos Fiscais	O Projeto de Lei nº 4.718/2019 trata dos incentivos fiscais, com dedução do imposto de renda devido, de valores doados a entidades sem fins lucrativos, para aplicação em projetos que promovam a preservação do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais. Leia aqui o avulso da matéria.
Cannabis	O Projeto de Lei nº 4.776/2019 trata do uso da planta Cannabis spp. para fins medicinais e sobre a produção, o controle, a fiscalização, a prescrição, a dispensação e a importação de medicamentos à base de Cannabis spp., seus derivados e análogos sintéticos. Leia aqui o avulso da matéria.



EXECUTIVO

Os Órgãos e Agências do Governo Federal conduzem consultas e audiências públicas em matérias de relevo para as atividades empresariais. Veja os detalhes das discussões que foram recentemente tornadas públicas:

Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”)

Consulta Pública nº 47/2019 – A ANATEL realiza consulta pública para debater proposta de Resolução que altera o Regulamento sobre Equipamentos de Radiocomunicação de Radiação Restrita.

As contribuições poderão ser enviadas até 10 de outubro. Leia [aqui](#) maiores detalhes da consulta pública.

Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”)

Audiência Pública nº 7/2019 – A ANTAQ realiza audiência pública para obter subsídios e sugestões para o aprimoramento da proposta de alteração da Resolução Normativa ANTAQ nº 1/2015, que estabelece os procedimentos e critérios para o afretamento de embarcação por empresa brasileira de navegação nas navegações de apoio portuário, apoio marítimo, cabotagem e longo curso.

As contribuições poderão ser enviadas até 14 de outubro. Já a audiência pública será em 25 de setembro, às 14 horas. Leia [aqui](#) maiores detalhes da audiência pública.

Audiência Pública nº 8/2019 – A ANTAQ realiza audiência pública para debater a proposta cujo objeto é a edição de resolução normativa que trata da elaboração da versão simplificada dos estudos prévios mencionados no art. 6º, parágrafo 1º, inciso IV do Decreto nº 8.033/2013 que regulamenta a exploração de portos organizados e de instalações portuárias.

As contribuições poderão ser enviadas até 16 de outubro. Já a audiência pública será em 1º de outubro, às 15 horas. Leia [aqui](#) maiores detalhes da audiência pública.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“ANVISA”)

Consulta Pública nº 705/2019 – A ANVISA realiza consulta pública para debater a proposta de revisão da Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 64/2009, que trata do registro de radiofármacos no país, contemplando a lista de produtos radiofármacos passíveis de apresentarem dados de literatura para comprovação da segurança e eficácia.

As contribuições poderão ser enviadas até 4 de novembro. Leia [aqui](#) maiores detalhes da consulta pública.

Consulta Pública nº 706/2019 – A ANVISA realiza consulta pública para debater o registro de produto de terapia avançada de origem humana.

As contribuições poderão ser enviadas até 18 de outubro. Leia [aqui](#) maiores detalhes da consulta pública.

Ministério da Economia (“ME”)

Consulta Pública (Taxa Social de Desconto) – O Ministério da Economia realiza audiência pública para colher subsídios para melhorar o cálculo da Taxa Social de Desconto (TSD), realizado em parceria com o Ipea.

As contribuições poderão ser enviadas até 7 de outubro. Leia [aqui](#) maiores detalhes da consulta pública.

Veja abaixo quadro com os prazos das principais discussões e consultas públicas em andamento nos Órgãos e Agências do Governo Federal, em matérias de relevo para as atividades empresariais e que se encerram entre setembro e novembro de 2019:

Consulta/ Audiência Pública	Tema da Consulta/ Discussão	Prazo para Contribuição
ANAC¹		
Audiência Pública nº 37/2019	Debater proposta de edição de emendas aos Regulamentos Brasileiros da Aviação Civil – RBACs nºs 21 e 141, e de alteração do Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica – RBHA 91.	30 de setembro de 2019
ANATEL²		
Consulta Pública nº 45/2019	Verificar se há exploradoras de satélites com capacidade técnico-operacional e interesse para o provimento ininterrupto de capacidade satelital por no mínimo 5 (cinco) anos, a partir de 1º de janeiro de 2021, sob condições específicas.	7 de setembro de 2019
Audiência Pública (Barreiras Regulatórias)	Debater os documentos objeto da Consulta Pública nº 39/2019 que trata da proposta de Reavaliação da regulamentação visando diminuir barreiras regulatórias à expansão das aplicações da internet das coisas e comunicações máquina-a-máquina.	10 de setembro de 2019
Consulta Pública nº 47/2019	Debater a proposta de Resolução que altera o Regulamento sobre Equipamentos de Radiocomunicação de Radiação Restrita.	10 de outubro de 2019
ANEEL³		
Consulta Pública nº 16/2019	Debater a consolidação da regulamentação relacionada ao acesso ao sistema de distribuição.	9 de setembro de 2019
Consulta Pública nº 17/2019	Debater novos instrumentos de incentivo à inovação no setor elétrico e outras medidas, visando o avanço dos resultados do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (PROP&D).	13 de setembro de 2019
Audiência Pública nº 80/2017	Obter subsídios para o aprimoramento da nova proposta de consolidação dos normativos relacionados às outorgas de empreendimentos de geração na modalidade de intercâmbio de documentos.	29 de setembro de 2019
Audiência Pública nº 34/2019	Obter subsídios para o aprimoramento do Relatório de Análise de Impacto Regulatório e da minuta de norma referentes aos procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por constrained-off de usinas eólicas.	29 de setembro de 2019

¹ Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC”).

² Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”).

³ Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

ANTAQ ⁴		
Audiência Pública nº 7/2019	Proposta de alteração da Resolução Normativa ANTAQ nº 1/2015, que estabelece os procedimentos e critérios para o afretamento de embarcação por empresa brasileira de navegação nas navegações de apoio portuário, apoio marítimo, cabotagem e longo curso.	14 de outubro de 2019
Audiência Pública nº 8/2019	Debater proposta de resolução normativa que trata da elaboração da versão simplificada dos estudos prévios mencionados no art. 6º, parágrafo 1º, inciso IV do Decreto nº 8.033/2013 que regulamenta a exploração de portos organizados e de instalações portuárias.	16 de outubro de 2019
ANVISA ⁵		
Consulta Pública nº 706/2019	Debater o registro de produto de terapia avançada de origem humana.	18 de outubro de 2019
Consulta Pública nº 688/2019	Obter sugestões ao texto que dispõe sobre os critérios para certificação de Boas Práticas de Fabricação para estabelecimentos internacionais fabricantes de insumos farmacêuticos ativos.	21 de outubro de 2019
Consulta Pública nº 689/2019	Obter sugestões sobre as diretrizes de qualificação de fornecedores relacionados ao Regulamento Técnico de Boas Práticas de Distribuição e Fracionamento de Insumos Farmacêuticos, aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 204.	21 de outubro de 2019
Consulta Pública nº 705/2019	Debater a proposta de revisão da Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 64/2009, que trata do registro de radiofármacos no país, contemplando a lista de produtos radiofármacos passíveis de apresentarem dados de literatura para comprovação da segurança e eficácia.	4 de novembro de 2019
ANP ⁶		
Audiência Pública nº 16/2019	Debater minuta de resolução que estabelece os parâmetros referentes à instrução e ao julgamento dos processos administrativos sancionadores no âmbito da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.	8 de outubro de 2019
Audiência Pública nº 17/2019	Debater resolução que instituirá a gestão de segurança operacional de terminais para movimentação e armazenamento de petróleo, derivados, gás natural e biocombustíveis nos termos do Regulamento Técnico de Terminais para Movimentação e Armazenamento de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis – RTT.	1º de novembro 2019

⁴ Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”)

⁵ Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“ANVISA”).

⁶ Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”).

ANTT ⁷		
Audiência Pública nº 14/2019	Debater a proposta de ação regulatória que estabelece diretrizes e regras para o procedimento preparatório e para o processo sancionador de caducidade, no âmbito dos contratos de concessão e permissão de serviços públicos regulados pela ANTT.	16 de setembro de 2019
CVM ⁸		
Audiência Pública nº 4/2019	Debater as ofertas públicas de distribuição de Certificado de Operações Estruturadas (COE) e dos títulos de crédito Letra Financeira (LF) e Letra Imobiliária Garantida (LIG) realizadas com dispensa de registro.	13 de setembro de 2019
MAPA ⁹		
Consulta Pública (Portaria nº 153/2019)	Obter subsídios para o Projeto de Instrução Normativa que aprova o Regulamento Técnico para Produção, Controle e Emprego de Vacinas Autógenas.	26 de setembro de 2019
ME ¹⁰		
Consulta Pública (Taxa Social de Desconto)	Subsídios para melhorar o cálculo da Taxa Social de Desconto (TSD), realizado em parceria com o Ipea.	7 de outubro de 2019
INMETRO ¹¹		
Consulta Pública (Estoque Regulatório)	Debater a revisão do estoque regulatório com vistas ao cancelamento de medidas regulatórias de baixo impacto para a sociedade.	29 de setembro de 2019
SUSEP ¹²		
Consulta Pública nº 8/2019	Obter sugestões sobre a minuta que dispõe dos princípios a serem observados nas práticas de conduta adotadas pelas sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e distribuidores, no que se refere ao relacionamento com o cliente, e sobre o uso do cliente oculto na atividade de supervisão da Susep.	16 de setembro de 2019

⁷ Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT").

⁸ Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

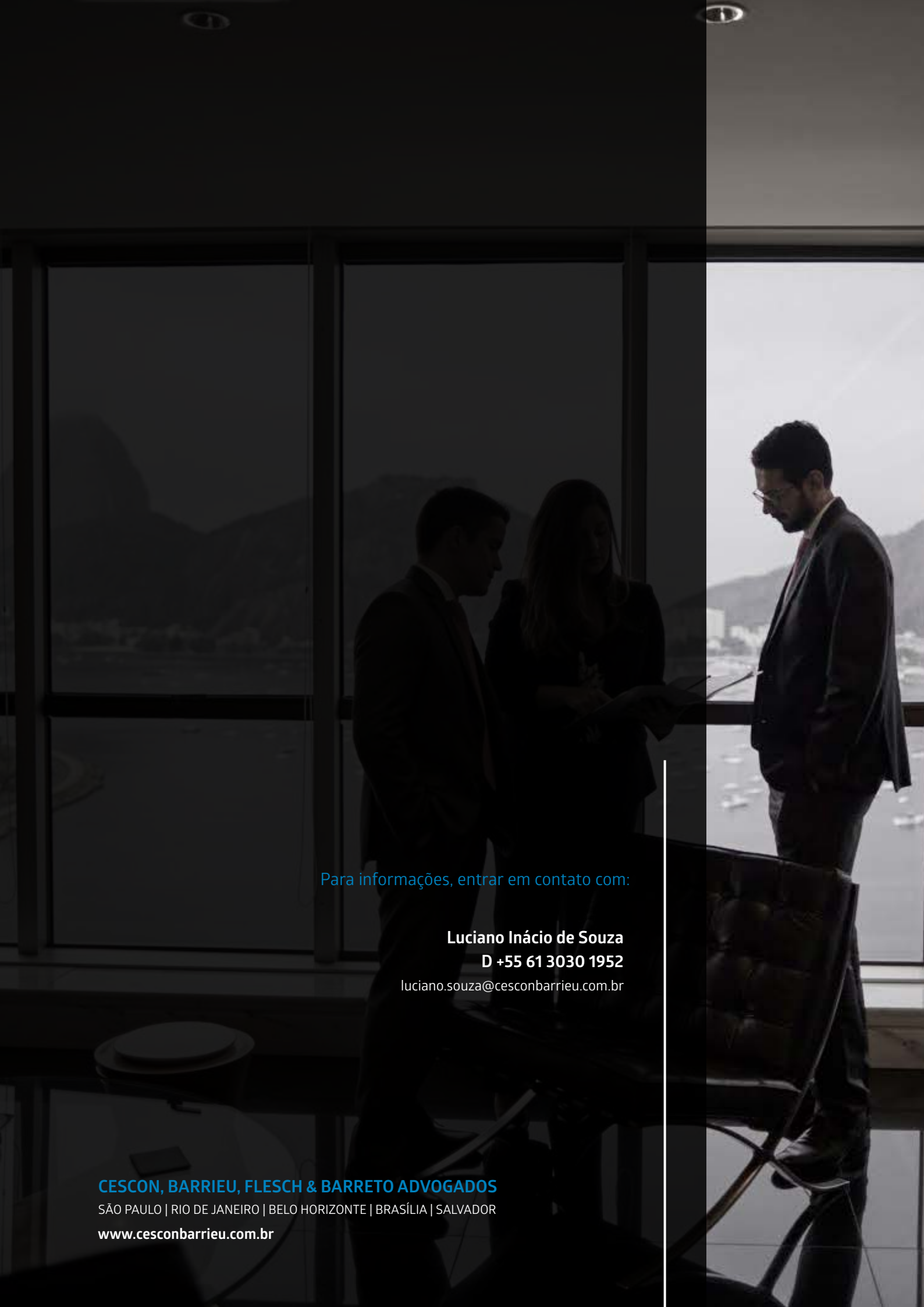
⁹ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ("MAPA").

¹⁰ Ministério da Economia ("ME").

¹¹ Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia ("INMETRO").

¹² Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP").

Este boletim apresenta um resumo de alterações legislativas ou decisões judiciais e administrativas no Brasil. Destina-se aos clientes e integrantes do Cescon, Barrieu, Flesch & Barreto Advogados. Este boletim não tem por objetivo prover aconselhamento legal sobre as matérias aqui tratadas e não deve ser interpretado como tal.



Para informações, entrar em contato com:

Luciano Inácio de Souza

D +55 61 3030 1952

luciano.souza@cesconbarrieu.com.br

CESCON, BARRIEU, FLESCH & BARRETO ADVOGADOS

SÃO PAULO | RIO DE JANEIRO | BELO HORIZONTE | BRASÍLIA | SALVADOR

www.cesconbarrieu.com.br